

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

UMA ABORDAGEM ARTÍSTICA NO PROCESSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**CURITIBA
2009**

JANAÍNA FERREIRA DOS SANTOS

UMA ABORDAGEM ARTÍSTICA NO PROCESSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado à disciplina Monografia II
como requisito parcial à conclusão do
Curso de Comunicação Social – Relações
Públicas, do Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do
Paraná.**

Orientador: Prof^o. Jair Antonis de Oliveira

**CURITIBA
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

REITOR

Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

VICE-REITOR

Prof. Dr. Rogério Mulinari

DIRETORA DO SETOR

Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof. Dr. João Somma Neto

COORDENADORA DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof^a. Dr^a. Celsi Bronstrup Silvestrin

ORIENTADOR

Prof. Dr. Jair Antonio de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua eterna proteção.

Aos meus pais José e Rosa pelo amor incondicional.

A toda minha família pelo constante apoio e carinho apesar da distância.

As minhas “vérias” de CEUC pela paciência e principalmente pelo companheirismo ao longo desses anos de faculdade e a todas minhas amigas que tornaram mais prazeroso esse caminho.

A todos meus mestres por suas valorosas contribuições à construção do meu conhecimento.

Contudo, são os nossos sonhos e projetos que movem o mundo. É aquilo que ainda não tenho, que ainda não consegui, que me faz ir à luta; que me faz trabalhar para alterar a 'realidade'. Preso às coisas 'como são' o homem seria idêntico aos animais, que se adaptam ao meio, sem utopias e projetos transformadores. De onde se conclui que a utopia, antes de ser a mera fantasia de loucos e poetas, é um fator fundamental na construção do mundo humano. Através de visões utópicas o homem desperta para outras realidades possíveis, diversas daquela em que ele está inserido.

(Duarte Jr., 1985)

RESUMO

Acompanhando as constantes mudanças do sistema no qual estamos inseridos, também o processo de Relações Públicas deverá atentar para, através de suas atividades colocar-se como peça fundamental na condução de programas adequando a organização ao nosso contexto. Considerando as leituras sobre Roberto Porto Simões e Cícilia M. K. Peruzzo e a função estabelecida às Relações Públicas, veremos a inserção da arte no âmbito organizacional como alternativa plausível de, ao mesmo tempo em que favorece a articulação da organização, se apresenta como possibilidade de contribuição na formulação de novas percepções aos públicos.

Palavras chaves: Integração – Arte – Relações Públicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 ARTE.....	9
2.1 Aspectos positivos da arte no desenvolvimento humano.....	13
2.1.1 Criatividade.....	15
2.1.2 Comunicação.....	17
2.1.3 Reflexão.....	19
3 RELAÇÕES PÚBLICAS.....	21
3.1 Histórico.....	21
3.2 Conceitos.....	24
3.3 Funções.....	27
4 ABORDAGEM ARTÍSTICA EM RELAÇÕES PÚBLICAS.....	31
4.1 De acordo com a função política.....	35
4.2 No modo de produção capitalista.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O que conhecemos hoje por indivíduo, sociedade e mundo é resultado das diversas relações que se estabeleceram para o desenvolvimento da vida no planeta. E mesmo que essas relações tenham se estruturado nas mais diversas áreas elas não deixam de ser partícipes contínuas na dinâmica que envolve o mundo.

Todas as esferas que constituem o sistema social não podem ser analisadas de forma isolada. Deste modo fica evidente a necessidade de trabalhar com a interdisciplinaridade acompanhando as constantes mudanças impostas à sociedade e ao ambiente organizacional. Uma maneira pensada de integrar esse processo é através de uma abordagem artística no âmbito de Relações Públicas.

Estabelecendo-se na função política dos processos de comunicação a pesquisa deste trabalho baseou-se na atuação coerente do profissional de Relações Públicas com os aspectos positivos que a arte pode realizar na relação organização-público.

O nosso contexto exige profissionais que atuem dentro das mais diferentes possibilidades. E a arte estabelece processos psicológicos, históricos e sociais relevantes ao profissional de Relações Públicas no desenvolvimento de suas atividades. A abrangência quanto à percepção, criação, expressão e reflexão formam um complexo que se bem utilizado configurar-se-á em ferramenta de Relações Públicas.

Este trabalho reflete sobre a possibilidade de atuação conjunta de Relações Públicas e arte. Compreendendo nosso contexto perceberemos a exigência quanto à organização trabalhar uma abordagem voltada a seus públicos e como alternativa de adequação a essa necessidade, apresentar a arte para o processo satisfatório de desenvolvimento organizacional. Sendo o Relações Públicas indicado a fazer essa análise e elaborar o projeto.

A arte acompanhada de seus benefícios deve ser vista como uma possibilidade relevante para corresponder aos anseios de um público muitas vezes deixado de lado nos processos de decisão e, portanto, considerável na relação organização-público.

Para a formulação deste estudo foram realizadas análises bibliográficas, principalmente da área de artes e Relações Públicas. O primeiro capítulo aponta sobre a origem e significação da arte e seus aspectos voltados ao ser humano. O capítulo seguinte trata-se do processo histórico que moldou os conceitos e funções – também abordados – de Relações Públicas, enfatizando as concepções de Roberto Porto Simões e Círcia Maria Krohling Peruzzo. Finalizando, então, com alternativas de correlação entre a arte e o processo de Relações Públicas em sua função política e na sua emergência no sistema capitalista.

A partir da compreensão desses fatores e de que a sociedade se encontra permanentemente em transformação caminharemos conjuntamente com as oportunidades de contribuições oferecidas pela arte, encarando-a como uma adequação necessária ao contexto, sendo, portanto, um procedimento viável ao processo de Relações Públicas.

2. ARTE

As atitudes e maneiras como cada pessoa caracteriza sua ação foram condicionadas pelo que se aprendeu na sociedade, as modificações que passaram de geração para geração deixaram costumes que adaptamos e tornamos parte do que chamamos cultura.

Entre outros conceitos, a expressão cultural expõe as particularidades mais específicas dos indivíduos e da sociedade, partindo de seu modo de agir e passando pelas suas criações, permitem até mesmo conhecer a identidade de uma comunidade. E o processo de adaptação do ser humano à vida na Terra engloba as mais diversas criações. E é nessa estruturação que técnicas e obras se transformaram em arte.

Gombrich (1999) nos apresenta duas formas de entender a arte. Uma surgida através das primeiras realizações humanas, para suprir as necessidades daqueles que iniciaram o povoamento do planeta, onde construções, pinturas, artesanato, esculturas, tessituras e rituais religiosos, foram atividades desenvolvidas para lidar com a natureza e garantir a sobrevivência. E a outra, sendo mais recente, compreende “uma espécie de belo artigo de luxo”, as quais se apreciam e servem para decoração.

Essa segunda opção fica rebaixada uma vez que não há como ignorar que criações antigas mesmo sendo julgadas por sua utilidade são analisadas por suas formas, cores, proporções e outros critérios de gosto. E através da primeira concepção vamos entender a arte que desde o início teve como relevância a sua função para cada civilização.

A casualidade é apontada como o primeiro fator de aparecimento de manifestações como a pintura, escultura e a música, por exemplo. As marcas das mãos sujas quando apoiadas numa rocha ou quando tocada na argila, o risco involuntário deixado numa árvore e o som saído de um fruto seco foram os primeiros passos até o homem tomar consciência do seu poder de criação (BASTIDE, 1971).

O desenvolvimento e aprimoramento técnico do homem para compor os artefatos utilizados no dia a dia na vida primitiva resultaram em obras que hoje são entendidas como arte. Como o artesanato rico em detalhes das histórias cotidianas, as imagens que cogitavam a subordinação dos animais ao poder

dos homens, as máscaras e pinturas corporais para rituais dos povos primitivos – que se estenderam além fronteiras – entre outras manifestações, mesmo não sendo “entendidas” num primeiro momento surgiram das necessidades e do árduo trabalho manual. Essas manifestações não foram realizadas para serem contempladas elas tinham suas significações em cada contexto, objetivando manter a vida em equilíbrio (GOMBRICH, 1999).

E o que os autores destacam de mais significativo é a utilização desses elementos para finalidades mágico-religiosas, portanto as produções beneficiavam a toda comunidade (BASTIDE, 1971). No Egito, por exemplo, construções magníficas como as pirâmides foram construídas para abrigar os reis após sua morte, e toda a decoração de esculturas e figuras eram feitas com o intuito de que essas representações pudessem acompanhar os reis na passagem para o outro mundo. Assim, para eles “o que mais importava não era a boniteza, mas sua plenitude” (GOMBRICH, 1999, p.60), afinal a figura que hoje é visto como uma “distorção” da realidade era completa no que eles achavam necessário para auxiliar na outra vida.

O teatro, que esteve presente na cultura de muitos povos e se desenvolveu espontaneamente em diferentes latitudes, também teve início nas sociedades primitivas nos rituais de bênçãos à comunidade. O drama originou-se da busca de um poder sobrenatural. Em algumas sociedades primitivas o rei era sacrificado para dar lugar a um novo rei, a intenção era que a chegada de um novo governante renovasse o espírito da natureza para boas safras. Com o tempo cresce o ceticismo sob a prática e para se salvar os reis colocam substitutos em seu lugar. Recorrendo a imitações esse ritual dará origem às tragédias, que se afastando das práticas ritualísticas passarão ao grotesco e resultarão na comédia (BASTIDE, 1971).

Baseados no poder das representações artísticas, também outros reis do oriente, como mesopotâmicos e assírios, usavam imagens em alto relevo e esculturas para exaltar sua força perante outros povos. As imagens das guerras vencidas frisavam principalmente o inimigo derrotado, deste modo intimidavam oponentes e colocavam os soberanos positivamente perante seus reinados. Os romanos, igualmente, contaram a história de suas guerras através da arte (GOMBRICH, 1999).

Mas o local onde a arte mais se desenvolveu e ganhou a vertente de refinamento e apreciação foi na Grécia. Os gregos incorporaram a arte vinda do Egito e adicionaram outros recursos, como o da observação e o aprimoramento de técnicas, convertendo-se, portanto num grande pólo artístico, tendo o Período Helenístico¹ como auge do desenvolvimento artístico, onde “o enfoque da arte sofreu uma mudança” (GOMBRICH, 1999, p.100). A arte já não se vinculava tanto com magia e rituais religiosos, os gregos passaram a buscar o refinamento, a harmonia, o belo, desejando impressionar.

A maneira como a arte passou a ser apresentada e os valores incutidos nela despertaram nos gregos novas questões. Datam, então, deste período as primeiras discussões sobre os artistas serem difusores da moral e da política. Foram os gregos, também, os primeiros a questionar a influência da arte na vida social dos indivíduos (BASTIDE, 1971; BOAL, 1975).

Já com o advento do cristianismo a igreja irá se aproveitar muito bem deste recurso. As manifestações existentes não satisfaziam as concepções religiosas. Estátuas dos deuses construídos até então foram destruídas para não estimular nas pessoas a adoração dos deuses pagãos. E os pequenos templos foram substituídos pelas basílicas, revelando através de enormes construções suntuosas o poderio católico na Idade Média (GOMBRICH, 1999).

Neste momento ocorreu o impasse sobre a proibição ou não do uso de imagens pela igreja, pois as estátuas se pareciam com as imagens de ídolos pagãos condenados pela bíblia. Embora contrariando a maioria cristã as pinturas foram permitidas pelo Papa Gregório Magno, no século VI, reconhecendo a finalidade da arte como auxiliadora do conhecimento – neste caso religioso – alegando que essas serviriam como complementação da catequização, principalmente aos analfabetos, de modo que as histórias bíblicas ficaram registradas pela pintura (GOMBRICH, 1999).

Esses são exemplos do controle sobre a arte na Idade Média. Através das produções artísticas o clero e a nobreza objetivavam a aceitação do sistema vigente pela sociedade e evidentemente a manutenção do feudalismo. O caráter moralizante ficou evidente nas peças teatrais, onde os personagens

1 Após a morte do rei macedônico Alexandre Magno, no século IV a.C., seu império dividiu-se em vários reinos, onde foram difundidos a cultura grega, e sendo denominada de Helenístico (termo grego para designar cultura grega). Em PROENÇA, Graça. História da arte. 16ª ed. São Paulo: Afiliada, 1989.

eram representações personificadas das abstrações, como o bem e o mal, o pecado e a virtude, entre outros. “A arte cumpria uma missão coercitiva e autoritária, inculcando no povo, solenemente, uma atitude de respeito religioso pela sociedade tal qual ela era. Apresentava um mundo estático, estereotipado, em que tudo era genérico” (BOAL, 1975, p.61).

Percebe-se, então, que a arte interage com o sistema. Cada época e cada povo a partir de suas necessidades criaram, recriaram, incorporaram representações – das mais diversas – e deixaram um legado de arte que deve ser analisado não somente pela estética, mas pelas características com as quais foram compostas, as técnicas, os detalhes e a carga histórica que carregam em si.

coloca-se o problema de sua articulação com as outras atividades, isto é, de seu lugar e sua função no quadro cultural e social da época. Afirmando a autonomia e assumindo total responsabilidade do seu agir, o artista não se abstrai da realidade histórica; declara explicitamente, pelo contrário, ser e querer ser do seu próprio tempo, e muitas vezes aborda, como artista, temáticas e problemas atuais (ARGAN, p.11-12).

A interferência arte-sociedade, sociedade-arte não tem fim, continua existindo. Acompanhando os períodos históricos a arte vai ganhando novas compreensões e novas tendências, reagindo às concepções anteriores, vislumbrando o futuro, manifestando pontos de vistas, idealizando ou desmistificando a realidade, se apropriando de novos espaços, entre tantas outras associações possíveis.

Assim, a discussão iniciada pelos gregos sobre as implicações das artes avançou para pesquisas aprofundadas, que incorporaram variados processos (biológicos, psicológicos, históricos, culturais, sociais, entre outros) sobre o fazer e o apreciar artístico. Essa complexidade passará cada vez mais a ser compreendida como parte importante para o desenvolvimento humano.

2.1. Aspectos positivos da arte no desenvolvimento humano

Como vimos, a arte originou-se naturalmente na medida em que o homem criava para atender suas necessidades. Por isso devemos entendê-la como algo funcional na sociedade, que não se justifica por si só, mas que explana e esclarece o pensamento e ideias não somente de quem a criou, mas de toda uma época como parte do contexto em que foi realizada.

Uma produção traz em si todo esse processo e essas informações. Essa compreensão da arte se justifica pelo poder contextualizar uma obra em seus aspectos histórico, social, antropológico e estético. Essa carga de conhecimento estimula o desenvolvimento cultural e a capacidade crítica culminando com o desenvolvimento criativo de modo a analisar e mudar realidade e contexto de acordo com suas necessidades (RICHTER. In: BARBOSA, 2003).

Quem tiver alguma vez tentado compor um buquê de flores, combinar ou mudar cores, acrescentar um pouco ali e tirar um pouco acolá terá experimentado essa estranha sensação de equilibrar formas e cores sem ser capaz de dizer exatamente que espécie de harmonia está tentando obter. Pressentimos apenas que uma mancha de vermelho aqui não combina com as outras cores e, de súbito, uma pequena haste de folhas verdes vai completar a combinação “certa” (GOMBRICH, 1999, p. 33).

Read (2001) explica que “a arte está profundamente envolvida no real processo de percepção, do pensamento e das ações corpóreas” (p.15) e por esse processo “está presente em tudo o que fazemos para satisfazer nossos sentidos” (p.16) sendo, portanto, necessária para o desenvolvimento das atividades mentais, psicológicas e sociais.

Segundo Vygotsky (1984) “um aspecto da percepção humana – que surge em idade muito precoce – é a percepção de objetos reais (...) Por esse termo eu entendo que o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado” (p.37). A avaliação que fazemos de determinado objeto ganha significação com a de acordo com nosso processo perceptivo.

A arte torna-se essencial como um complemento na preservação e coordenação de percepções entre os próprios seres humanos e entre o ser

humano e o ambiente, resultando em melhor expressão dos sentimentos, do pensamento e de experiências mentais (READ, 2001).

Duarte Jr. (1985) também tratará da arte como uma tentativa de concretização dos sentimentos humanos. Aquilo que não pode ser expresso através da linguagem conceitual ganha formas perceptivas na criação artística, na mão do artista que manifestará sua forma de sentir o mundo ou sua opinião sobre determinado assunto. A obra carregará esses sentidos estimulando ainda a experimentação do espectador ao interpretar dentro de suas possibilidades a combinação de seus sentimentos com as do autor.

Essa valorização da expressão humana combinando fato e emoção é importante hoje porque nosso modo de vida atual diminui cada vez mais o espaço da arte enquanto passou-se a orientar a vida para produção do trabalho, dito utilitário. A arte e outras formas de desenvolvimento humano não são prioridades numa sociedade voltada para produção de bens comerciais. E dessa forma as manifestações artísticas são afastadas do nosso cotidiano.

O homem culto moderno tem uma triste semelhança com os animais domésticos; as imitações e a monotonia, em que transcorre a vida de um indivíduo por injunção da vida burguesa regulada e fundida a certas formas sociais, leva a que todas as pessoas, pobres e ricas, fortes e fracas, dotadas ou infelizes, vivam uma vida incompleta e imperfeita. Efetivamente surpreende o quanto é limitado o número de concepções, sentimentos e atos que o homem moderno pode experimentar e realizar (LANGE *apud* VIGOTSKI, 1999, p. 313).

As atribuições do dia-a-dia pouco permitem diversificados modos de compreensão, combinado isso ao fato de que “trabalhos da área da genética mostram que o nosso cérebro consegue assimilar apenas parte das muitas informações que recebemos” (DUARTE Jr., 1985, p.73), o processo de perceptivo é afetado. Deste modo, a falta de acesso a formas de expressão gera uma defasagem quanto à livre-expressão e na preparação para entender a arte. (BARBOSA. In: BARBOSA, 2003)². A percepção humana é pouco estimulada. E isso se reflete na construção cultural da sociedade.

A interpretação é feita por cada um a partir de seu conhecimento e de sua “bagagem cultural”. Hoje o homem tem tido pouco tempo e pouco acesso a

² Como vimos anteriormente uma pintura egípcia pode não ser bela, mas está completa quanto ao entendimento da época em que era fundamental para os rituais religiosos. Ver GOMBRICH, Ernest H. História da arte. LTC: Rio de Janeiro, 1999.

informações que possibilitem a ele a interpretação de obras de arte, o que não quer dizer que o conhecimento que possui não lhe permita a produção artística, se estimulado suas experiências irão resultar em manifestações que condiz com seu contexto, possibilitando sua expressão. Não há o bonito ou feio, o bom ou ruim, o certo ou errado, há o modo de cada um de representar e/ou interpretar, cada qual com seu referencial.

Dentro de um sistema rígido que se tornaram as instituições “a arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este dê maior atenção ao seu próprio processo de sentir” (DUARTE Jr., 1985, p.65), ela atua conjuntamente com outros fatores na elaboração da sua “visão de mundo” através de suas próprias percepções, permite um melhor conhecimento sobre si mesmo, amplia a imaginação e estimula para que se expresse. Trata-se de um processo de não conduzir o pensamento humano, nem de dar respostas prontas – muito comum na sociedade como método de agilizar o aprendizado e transformar seres humanos em mãos de obra. Consiste em ter a opção de conhecimento para suas próprias escolhas e não só reprodução do que já existe (DUARTE Jr., 1985).

“A história da arte, em seu todo, não é uma história de progresso na proficiência técnica, mas uma história de idéias, concepções e necessidades em permanente evolução” (GOMBRICH, 1999, p. 44). Envolver-se com e pela arte é encarar um novo modo de perceber e refletir sobre a realidade e através de sua própria ação experimentar diferentes tentativas propiciadas no momento de criação.

2.1.1. Criatividade

“O homem é o ser que tem de estar inventando ou criando constantemente novas soluções” (VÁZQUEZ, 1977, p.247) e quando obtido um resultado, uma solução, essas ficam defasadas pelas novas necessidades colocadas pelo homem ou pela natureza. Essa busca insaciável revela ao homem sua capacidade frente às adversidades e move a sociedade para novas transformações.

A historicidade do homem ocorre justamente pela sua capacidade de criar, produzir, jamais se poderia ficar na mera reiteração e repetição. Não se poderia levar adiante um mundo sem transformações. “Em virtude da historicidade fundamental do ser humano, o aspecto criador de sua práxis – concebida esta em escala histórica universal – é o determinante” (VÁZQUEZ, 1977, p.259).

Se as ações humanas não fossem mais que imitações, estaríamos estagnados na história, é a possibilidade de criar e inovar que permite outras elaborações do que vivenciamos. Destas concepções forma-se a crítica ao exercício repetitivo e mecanizado no ambiente organizacional. No trabalho cotidiano o homem segue um ritmo envolvido geralmente no “fazer sempre igual, sempre o mesmo”. Inconsciente dessa atuação fica legado a mera repetição.

Veja uma situação interessante sobre a arte como fonte de criatividade. Você sabia que uma das principais teorias acerca da origem do fenômeno artístico defende que a arte provém do trabalho (Bastide, 1971)? Com o intuito de tornar menos penosos os esforços para obter seus meios de subsistência, o ser humano inventou ritmos para acompanhar os movimentos exigidos pela labuta. Dessa forma, teriam nascido a música e o canto. Se a arte nasceu como intervenção criativa do ser humano para atenuar suas rotinas de trabalho, ela também serviu para (re)transformar essas mesmas rotinas em novas dinâmicas que melhor se adequassem às demandas do trabalhador ou aos objetivos do processo de trabalho. (CARVALHO e DAVEL, 2005, p.84, 85).

Daí uma das necessidades de envolver-se no processo criativo. Baseando-se nas pesquisas que desenvolve sobre criatividade Alencar (1996) a definirá como:

um fenômeno complexo e multifacetado que envolve uma interação dinâmica entre elementos relativos à pessoa, como características de personalidade e habilidades de pensamento, e ao ambiente, como o clima psicológico, os valores e normas da cultura e as oportunidades para expressão de novas idéias” (ALENCAR, 1996, p.3).

Portanto, torna-se equivocada a idéia mais comum a respeito da criatividade, “a de que ela seria um dom presente apenas em alguns poucos indivíduos privilegiados. O que se sabe, entretanto, é que a criatividade é um

recurso humano natural, porém severamente inibido por forças de natureza emocional e social” (ALENCAR, 1996, p.27).

É agindo através da curiosidade, da abrangência da imaginação, ampliação da leitura visual, da percepção que relaciona vários sentidos ao mesmo tempo, na diversificação de fontes para informação, na compreensão e interação com outras culturas, que se caracterizou a possibilidade de inventar ou redescobrir novas formas.

E conjuntamente com as organizações enfatiza-se a ligação entre fazer e apreciar arte de modo a “quebrar” a rigidez desgastante do trabalho tradicional ao mesmo tempo em que se assimila a lidar com as inconstâncias do fazer artístico.

Há cerca de meio século, acadêmicos do *mainstream* já recomendavam, exatamente por conta da conjunção entre criatividade e prática dos negócios, que ao currículo dos futuros administradores fosse incorporado o estudo de artes tais como literatura, pintura e teatro. (CARVALHO e DAVEL, 2005, p. 85).

Mesmo que inerente ao ser humano, as habilidades criativas podem ser estimuladas cabendo às organizações desenvolver um ambiente adequado ao seu aparecimento. Entre os fatores citados como favoráveis e relacionados com a expressão artística, são o ambiente de pessoas integradas, a descontração, valorização das características e expressões individuais, ampliação de perspectivas, análise de outros pontos de vista. (ALENCAR, 1996).

Esses estímulos são observados na utilização da arte que, ainda, pode propiciar uma comunicação mais interativa.

2.1.2. Comunicação

Interligando pessoas e processos, seja por gestos, símbolos ou fala a comunicação é indispensável à compreensão entre seres humanos. Desde o desenvolvimento das primeiras formas de comunicação outras expressões ganharam espaço ampliando o modo de realizá-la e/ou de compreendê-la.

Consideram-se comunicações humanas a todo intercâmbio compreensivo de símbolos. Sempre que existir uma troca de conceitos capazes de ser percebidos pela inteligência, através de qualquer tipo de sinais, estaremos diante do fenômeno fascinante da comunicação (PENTEADO, 1984, p.69).

E quando fazemos uma análise atenta sobre os fatores que envolvem a arte nos deparamos com aspectos semelhantes aos quais se referem à comunicação. A combinação de técnicas, a preocupação com o conteúdo, o meio de expressão, o estímulo produzido, e mais evidente ainda seu papel de integração.

Bastide (1971) ressalta o fato dos povos antigos fazerem das manifestações artísticas momentos voltados para a própria comunidade, seja com o canto nos rituais fúnebres indígenas; com as festas, canções e poesias no período de reencontro dos chineses (que se separavam em algumas estações do ano em virtude do trabalho agrícola); ou o teatro primitivo gerado para celebrar e pedir bons resultados nas colheitas, concluindo que, em geral, as manifestações aparecem no auge da sociabilidade.

Segundo Rojo (1997), a ação comunicativa é uma ação eminentemente interativa, nasce do coletivo, da equipe. Essa ação não pretende garantir a eficiência a qualquer custo, não é individualista, não persegue o êxito, mas, ao contrário, é uma ação dialógica, vitalista, que emerge do mundo vivido. Essa ação nasce da situação e lhe oferece saídas. É comunitária, busca entendimento, persegue a negociação, o acordo; busca o consenso; é axiológica porque acredita na validade das normas discutidas. 'mansa na escuta e forte na tomada de decisão'³

Mesmo como expressão da subjetividade de um indivíduo ou para repassar uma informação que deve alcançar um maior número de pessoas, a arte pode ser um meio para transmissão da mensagem. Há a elaboração do conteúdo, interação entre os sujeitos, compreensão da informação e todo esse processo mediado por formas lúdicas e dinâmicas de assimilação, fixando melhor a ideia proposta.

³ FRANCO, Maria Amélia Santoro. Educação e Pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300011&script=sci_arttext>. Acessado em 19/10/2009.

2.1.3. Reflexão

Estamos acostumados a, confortavelmente, receber a verdade pronta, quando é mais interessante que através da “leitura” do mundo ao redor cada um possa formular seu ponto de vista e fazer com que essa compreensão atue no seu cotidiano. É a ampliação do conhecimento, o confronto de opiniões e formulação de nossas próprias idéias que não nos tornam meros repetidores.

A construção do pensamento e o desenvolvimento de nossas idéias se relacionam com a percepção que o ser humano faz de si e das suas possibilidades. A atividade prática engendra-se nesse meio como propulsora dessas habilidades. É a compreensão do ambiente através de uma nova vivência, sugerida pela arte.

Vázquez (1977) ao construir o processo da práxis, e evidenciar nesse processo a práxis criadora, situa que para “uma rica e complexa criação exigiria uma atividade maior da consciência, posto que a problematicidade ou improbabilidade do processo e a incerteza quanto ao resultado obrigam-na a intervir constantemente” (p.281).

E o processo da consciência se apresenta de duas formas, tanto na realização do objeto quanto posteriormente na “análise” do projeto pronto. A consciência que atua desde o início e ao longo do processo, em íntima relação com a realização do objeto, projeto ou esquemas dinâmicos é chamada de consciência prática, ou seja, “consciência na medida em que traça uma finalidade ou modelo ideal que se trata de realizar, e que ela mesma vai modificando, no próprio processo de sua realização, atendendo às exigências imprevisíveis do processo prático”(VÁZQUEZ, 1977, p.283).

Assim a consciência prática está presente na práxis criadora e se reflete durante todo o processo, seja conduzindo ou na percepção que se faz durante a realização do objeto. E esta se difere ainda da consciência da prática “é a que se faz sobre si mesma, e sobre a atividade material em que se plasma (...) é a consciência da lei que rege” (VÁZQUEZ, 1977, p.284) da situação que o rodeia e está relacionada ao processo de reflexão.

“A consciência estabelece – poderíamos dizer – uma finalidade aberta, ou um projeto dinâmico, e justamente por essa abertura ou dinamismo há de permanecer – também ela – aberta e ativa ao longo de todo o processo prático”

(VÁZQUEZ, 1977, p.249). A consciência vai permanecer correspondendo às exigências externas.

como atividade prática, a arte é produção de uma nova realidade, na qual culmina um processo que teve seu ponto de partida na consciência, sob forma de uma intenção, um esboço ou um projeto, que se foi modificando no decorrer do citado processo até adquirir uma realidade objetiva; trata-se, portanto, de um produto que transcende os atos subjetivos que se efetuaram no decorrer do processo prático ao mesmo tempo que os conserva objetivados (VÁZQUEZ, 1977, p.321).

Essa consciência atende também pela reflexão, que se dá a partir da compreensão, contemplação, produção, experimentação, questionamento e discussões, fatores que aparecem integrados na atividade artística. Conduzida pelas experiências, pela busca de alternativas e o planejamento de soluções culminará na operação reflexiva. Esse processo pode ser encontrado também na participação coletiva do fazer artístico, articulando a reflexão coletiva e motivando a formação de diferentes opiniões.

Portanto, envolvida em todos esses aspectos, “a arte não é um simples jogo individual sem conseqüências, mas que, pelo contrário, agindo sobre a vida coletiva, pode transformar o destino das sociedades” (BASTIDE, 1971, p.3). E como as Relações Públicas podem aproveitá-la para tentativa de construção de uma nova realidade e transformação do individuo é o que colocaremos no terceiro capítulo.

3. RELAÇÕES PÚBLICAS

Se as artes têm suas origens nos primórdios das sociedades, as relações humanas não são diferentes. A sobrevivência foi garantida pelo desenvolvimento técnico, mas principalmente pela relação que se estabeleceu entre os seres humanos permitindo que as invenções fossem compartilhadas e as interações fortalecidas. Nas relações de troca o homem foi compondo a sociedade que conhecemos hoje. Dado que esse desenvolvimento desencadeou estruturas distintas (aspectos culturais, sociais, econômicos, entre outros), a interação entre os seres humanos também estabeleceu relações distintas.

Da necessidade de uma melhor relação entre o ser humano e sociedade surgiram as Relações Públicas, que mesmo antes de se oficializar como profissão já existia em sua essência. De acordo com Penteado (1984) o homem é um “animal social” e suas relações se estabelecem como consequência da busca do pela aceitação social, transformando assim, suas ações em ferramentas de sociabilização.

Posteriormente, à medida que estava inserido na sociedade cada indivíduo, dotado da capacidade de pensar e refletir, a partir dos questionamentos e discussões cotidianos, viu suas ideias se difundirem nos espaços de debate público, criando um poderoso meio de ter suas reivindicações aceitas, consolidando assim, a opinião pública. E a preocupação e o interesse em se entender essa opinião pública formaram a base para o desenvolvimento da atividade que hoje já transcorridas tantas mudanças, conhecemos como Relações Públicas.

3.1. Histórico

O contexto de mudança do final do século XIX mostra a população americana descontente com uma série de acontecimentos. A chegada dos ideais comunistas, a insatisfação com as condições de trabalho e com a legislação trabalhista influenciou na formação das organizações sindicais, que

por sua vez perceberam a importância de mobilizar a opinião pública (PINHO, 2008).

Para obter pleno êxito nessa empreitada, era preciso atingir as massas; trabalhar através da implementação de estratégias de comunicação que fossem capazes de granjear o apoio da sociedade americana, estendendo a influência dos sindicatos para além de seus quadros de associados, tendo em vista atingir a opinião pública norte-americana. (PINHO, 2008, p.27)

O período também foi de surgimento de um jornalismo combativo e de denúncia, que somado às pressões operárias alertaram as instituições para necessidade de trabalhar com a opinião pública, elaborando estratégias organizacionais atuantes junto a esse segmento (WEY, 1983).

A atividade empresarial ganhava novas percepções com a influência de um público que até então se manteve distante, mas como coloca Tenório (2006), buscou espaço para mostrar sua insatisfação:

As pressões externas se referem às legislações ambientais, aos movimentos dos consumidores, à atuação dos sindicatos em busca da elevação dos padrões trabalhistas, às exigências dos consumidores e às reivindicações das comunidades afetadas pelas atividades industriais. Esses argumentos, (...) são inerentes à sociedade pós-industrial, cujos valores são representados pela melhoria da qualidade de vida da sociedade e não apenas pelo sucesso econômico. (Tenório, 2006, p.33)

Deste modo, no início do século XX, cresce nos Estados Unidos, a percepção de quão importante era esse diálogo com o público, estabelecendo, portanto, a profissão de Relações Públicas. E em 1906 é fundado o primeiro escritório de prestação de serviços de relações públicas na cidade de *New York* (EUA), pelo americano Ivy Lee (GURGEL, 1985; PINHO, 2008).

A carta de Lee, destinada aos jornais americanos tornou-se o primeiro documento de relações públicas, baseado numa relação transparente com a imprensa da época:

Este não é um Departamento de Imprensa secreto. Todo nosso trabalho é feito às claras. Pretendemos divulgar notícias, e não distribuir anúncios. Se acharem que o nosso assunto ficaria melhor como matéria paga, não o publiquem. Nossa informação é exata. Maiores pormenores sobre qualquer questão serão dados prontamente e qualquer redator interessado será auxiliado, com o máximo prazer, na verificação direta de qualquer declaração de fato. Em resumo, nossos planos, com absoluta franqueza, para o bem das empresas e das instituições públicas, é divulgar à imprensa e ao público dos

Estados Unidos, pronta e exatamente informações relativas a assuntos com valor e interesse para o público. (GURGEL, 1985, p. 34)

É possível perceber que neste momento houve um entendimento mais abrangente do que se referia à comunicação. Agora a mensagem não tinha a função somente de divulgação de mercadorias, ganhavam espaço as formas de relacionamento estratégico com público, que também deixou de ser somente os clientes para abranger toda e qualquer pessoa que influencia ou é influenciado pela organização.

E ainda em 1914, no Brasil, a empresa canadense de eletricidade *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited* foi pioneira ao criar o departamento de Relações Públicas. Apesar desse marco no início do século, a área de comunicação ganhou maior repercussão no cenário brasileiro a partir da década de 1950 com a inserção de novos meios e métodos de comunicação, como a televisão, a consolidação das agências de propaganda e a instalação da área de relações públicas nas atividades empresariais (KUNSCH, 1997).

Neste período ainda não havia a formação específica para o profissional e o cargo era geralmente ocupado por pessoas influentes dos altos círculos sociais, que tinham fácil acesso ao diálogo com dirigentes da época. “Confundiam-se Relações Públicas com Relações Sociais” (PENTEADO, 1984, p. 14).

Grandes empresas passaram a solicitar serviços especializados de comunicação, estabelecendo departamentos específicos que incluíam a assessoria de um profissional de relações públicas e abrindo espaço para surgimento de agências exclusivas do ramo. A profissão, então, entrou para a área acadêmica o que ajudou a divulgá-la e a valorizá-la (KUNSCH, 1997).

Mas foi no período do regime militar que a área passou a ser mais conhecida pela população. A criação de associações e agências de relações públicas nos departamentos governamentais, trabalhando avidamente com a opinião pública, foi fundamental na manutenção da boa imagem do governo e de certa forma distorceu a visão que se fazia da profissão (KUNSCH, 1997).

Estabelecendo maior autonomia à profissão, o presidente Arthur Costa e Silva regulamenta a atividade de relações públicas pela LEI Nº 5.377, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1967⁴.

A partir de então se ampliam os estudos e pesquisas na área. Congressos em várias partes do mundo começam a repensar a estrutura curricular no âmbito acadêmico e pensar nas transformações sociais e nos novos desafios e perspectivas que se impunham no âmbito organizacional.

Para melhor compreensão da área e a possibilidade de conciliação com atividades artísticas vamos conhecer um pouco da teoria que ronda “o complexo mundo das Relações Públicas” (SIMÕES, 1995, p.41).

3.2. Conceito

A atividade de Relações Públicas não traz um conceito único, representando uma área com variáveis para cada pesquisador. Essa dificuldade em chegar a uma definição única e completa é relatada por vários autores, isso porque “a semântica – ciência de significação das palavras ensina-nos, na sua cartilha, que todos os vocábulos são polissêmicos, ou seja, têm diversas significações. As Relações Públicas não fogem à regra.” (PENTEADO, 1984, p.2).

É pelo termo ter “significados diferentes para diferentes pessoas” (ANDRADE, 2005, p.30), que mesmo que as pesquisas venham crescendo em torno da área, quando são questionados os estudiosos, cada um apresenta seu conceito a partir de considerações e fundamentações distintas. E embora tenha se estruturado dentro desta imprecisão, esta não foi empecilho para que a atividade se desenvolvesse científica e tecnicamente.

⁴ De acordo com o site do Conselho Federal de Relações Públicas. Disponível em <http://www.conferp.org.br/?p=179>. Acessado em 23/08/2009.

Dentre as definições propostas ficou estabelecido oficialmente pela Associação Brasileira de Relações Públicas

Entende-se por Relações Públicas o esforço deliberado, planejado, coeso e contínuo da alta administração, para estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização, pública ou privada, e seu pessoal, assim como entre essa organização e todos os grupos aos quais está ligada, direta ou indiretamente (ANDRADE, 2005, p.41).

Mas isoladamente este não foi suficiente para abranger todas as transformações ocorridas na sociedade e as diferentes concepções que englobava. De acordo com Penteado (1984), o conjunto de processos que hoje constituem a Relações Públicas, são fragmentos de ações de vários contextos. Sendo os atos e ações do ser humano uma primeira realização de relações públicas. Portanto:

Relações públicas é uma técnica de aceitação social no sentido mais amplo que a expressão possa ter, desde que se parta da premissa de que elas promovem o que intrinsecamente possa ou tenha de ser aceito, pela substância legítima e autêntica de atendimento à opinião pública de que se reveste (PENTEADO, 1984, p. 17).

A relevância da opinião pública é encontrada ainda em Poyares (*apud* Andrade, 1983) como “Relações Públicas são o método de integrar na opinião conceitos favoráveis relativos a uma pessoa ou instituição” (p.43). Essa primeira aceitação e o relacionamento incisivo com o público caminharam para a compreensão da importância atual das Relações Públicas. A estreita relação estabelecida com os gestores das organizações colocaram-nas participativas de todo o âmbito organizacional. Em decorrência dessa atuação seus aprimoramentos encaminharam para auxiliar à ciência da administração.

O desenvolvimento da civilização deixou mais complexo as relações de convivência e de trabalho, neste contexto o conceito ganha dimensões maiores como a elaborada por Canfield (1961) que compreende Relações Públicas como uma filosofia da administração, uma função administrativa, uma técnica de comunicação e esses aspectos implicam na boa impressão que o público tenha de pessoas ligadas a determinada organização. Identificando, assim:

Relações Públicas, em primeiro lugar, são uma filosofia da administração, uma atitude de espírito que situa os interesses das pessoas ligadas a direção de indústrias ou organizações de serviço

social, de bancos, de serviços públicos, quaisquer associações profissionais ou empresas comerciais (CANFIELD, 1961, p.5).

Cabe então à organização servir e satisfazer todos os grupos, porém isso se fará com o Relações Públicas trabalhando para que a opinião pública acate as decisões da organização. Entretanto pensar no público como um indivíduo particular com interesses divergentes e necessidades específicas abre espaço entre questões sociais, de tal modo, Holman (*apud* ANDRADE, 1983) destaca:

Relações Públicas são a humanização das relações no campo dos negócios, consistindo num esforço para compreender a consciência e a sensibilidade do homem, em busca do interesse e da compreensão do público para os problemas de um cidadão, de um grupo ou de uma empresa (p.39).

Sua conotação de influência, relação com todos os setores da organização, mediadora nas tomadas de decisão e mantenedora do equilíbrio essencial ao adequado funcionamento da organização colocaram a área relacionada ao conceito de administração, e conseqüentemente como uma função política. De modo que a abrangência do termo foi esquematizada e estruturada por Simões (1995) num arcabouço teórico, referindo-se a processo, função, atividade, profissional, cargo, profissão, tecnologia e arte.

O desenvolvimento satisfatório da organização, e até mesmo sua sobrevivência somente será alcançado com o desenvolvimento de mecanismos que lhe garantam a resolução dos conflitos e a integração. Este é o motivo que Simões (1995) vai salientar para a prática das Relações Públicas. Entretanto este processo se coloca como inerente ao desenvolvimento da organização, conseqüentemente o processo existe independente da vontade dos dirigentes, ou da presença de um profissional lá atuando, e, portanto compreende todos integrantes envolvidos com a organização.

O autor critica a conceituação de Relações Públicas somente como meio de comunicação, compreensão mútua ou integrar interesses, essas definições não satisfazem a abrangência do processo de relações públicas. Ele demonstra que as organizações compostas por indivíduos com características específicas e interesses próprios tratam as questões de maneiras diferentes. Cabe ao processo de Relações Públicas justamente equilibrar essas opiniões e

interesses, ao que ele chama de “iminência do conflito”. De modo que se estabelecem relações de poder nos processos de decisão, em seu sentido mais amplo, Relações Públicas vai por ele ser conceituado como ciência que “abarca o conhecimento científico que explica, prevê e controla o exercício do poder no sistema organização-público” (SIMÕES, 1995, p.42).

Todos os aspectos que nortearam a área demonstraram significativos para o processo de Relações Públicas. E mesmo que não haja uma definição única todos convergem para o melhor funcionamento onde a atividade for aplicada. E como esses conceitos se aplicam nas práticas organizacionais é o que veremos a seguir.

3.3. Funções

Como foi salientado, Relações Públicas derivaram da necessidade de melhores relações entre os indivíduos e a organização. E, percebido quão importante o tratamento com o público na manutenção da organização, o profissional estreitou sua relação com os administradores, colocando-se numa posição estratégica ao desenvolvimento organizacional. Por isso as funções se interceptam e se relacionam, algumas se posicionam mais abrangentes, outras menos.

A linha filosófica proposta por Wey (1983), determina que “a filosofia de relações públicas visa fornecer à direção técnicas e elementos de comunicação, assim como planejar e organizar atividades necessárias ao bom relacionamento da empresa com os vários públicos” (p.22).

Andrade (2005) ressalta que para esse relacionamento ser eficiente o processo do trabalho de um profissional de relações públicas deve estabelecer e identificar os públicos envolvidos, entender seus interesses, e a partir dessas solicitações apreender as necessidades da organização e a viabilidade de alguns projetos visando melhorar o contato entre os funcionários para que haja a compreensão mútua na determinação de medidas.

Sobre o processo comunicacional, Kunsch (2003) irá enfatizar a eficiência da atividade perante o estabelecimento da comunicação integrada a todos os tipos de comunicação que se fazem presentes na organização.

Sobre o papel das relações públicas nas organizações e todas as possibilidades de aplicação dessa área, sobretudo no contexto institucional (...) cabe às relações públicas administrar estrategicamente a comunicação das organizações com seus públicos, atuando não de forma isolada, mas em perfeita sinergia com todas as modalidades comunicacionais (KUNSCH, 2002, p. 166).

Já direcionando para a função administrativa, Canfield (1961) ressalta que “como função administrativa, RP abrange todos os níveis de administração, desde a direção executiva até os supervisores, de níveis inferiores, encarregados de atividades especializadas numa fábrica, escritório, ou departamento de vendas” (p.8). A atividade de Relações Públicas, como promotora do bem estar, através da compreensão dos vários públicos, considerando os diversos pontos de vistas e diferentes atitudes, permitirá a harmonia nas relações a partir da confiança de que a organização está trabalhando em seu favor.

Quanto à função proposta por Simões (1995) – que não deixa de se relacionar com as outras propostas – será o profissional de Relações Públicas aquele, que equivalendo ao “exercício da administração da função (subsistema) política organizacional, focado através do processo de comunicação da organização com seus públicos” (p.42), atuará de forma eficaz para a administração desse processo nas tomadas de decisão, considerando as várias opiniões existentes.

De acordo com Simões, Relações Públicas são entendidas a partir do sistema organização-público e envolve toda a organização, trabalhando com os públicos e seus interesses de modo a legitimar o poder decisório da organização, é essa concepção que vai direciona - lá para a função política.

A função organizacional das Relações Públicas, porque intervêm dos mais diferentes modos providenciados nas relações de poder entre organização e público é uma função política e contribui, como as demais, para colocar os dois termos da expressão em condições de convivência produtiva (SIMÕES, 1995, p.109)

As relações de poder se estabelecem nas tomadas de decisão e a tensão provocada pelos interesses divergentes originará o objeto formal do trabalho de Relações Públicas, o conflito. As partes interessadas no processo, as organizações e seus públicos, são o objeto material que completam os objetos definidos por Simões (1995) como o interesse individual do público

caminha para o chamado conflito, a função do profissional de Relações Públicas é junto com os interesses divergentes estabelecer a cooperação.

E se Relações Públicas colabora para a sobrevivência da organização, mesmo lembrando que elas não podem ser manipuladoras de proposta e que há interesses em jogo, “contribui para a manutenção da continuidade do sistema social de que faz parte” (SIMÕES, 1995, p.102).

É essa crítica à manutenção do sistema que vai se instalar nos propósitos de Cicilia Peruzzo em *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista* (1986). Nascida dentro do sistema capitalista nos momentos em que se intensificam os conflitos de classes das democracias burguesas (como visto anteriormente o fortalecimento dos movimentos operários no início do século XX) Peruzzo (1986) ressalta Relações Públicas como mantenedora da divisão de classe surgida com o capitalismo “e que elas se explicitam como função persuasiva tentando fazer convergir os interesses de toda a sociedade aos interesses do capital” (p.33).

O que se evidencia é que mesmo quando se exerce a atividade de Relações Públicas se faz com a intenção de alcançar o interesse dos donos dos meios de produção amenizando o interesse de classes, e jamais se faz voltada aos interesses do operário.

Por exemplo, apontam-se as Relações Públicas como tratando e servindo o interesse público ao mesmo tempo em que lhes são atribuídas funções de resguardar os interesses de instituições e governos na sociedade burguesa, que são interesses de classes (PERUZZO, 1986, p.52).

A partir de suas análises ela aponta Relações Públicas com a função de “assegurar à existência das condições favoráveis a reprodução do capital” (PERUZZO, 1986, p.51). Afinal a atividade serve-se dos propósitos dos donos dos meios de produção objetivando que os funcionários trabalhem para aumentar o lucro da empresa.

Entretanto, com as suscetíveis mudanças que ocorreram na sociedade com o passar do tempo, também as organizações tiveram que rever conceitos. E apesar de todas as alterações que se estabeleceram nesse campo “a grande contradição está entre Relações Públicas em seu conjunto e a realidade social” (PERUZZO, 1986, p.52).

E pensando nesse contexto de constantes transformações e necessidades a atividade de Relações Públicas, dentro de seu campo de atuação pode se juntar a arte para determinação de ações mais concretas na participação de projetos que visem ao desenvolvimento do ser humano dentro da realidade na qual está inserido.

4. ABORDAGEM ARTÍSTICA EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Com as mudanças ocorridas no século XVIII, início da Revolução Industrial, os setores industriais impulsionaram medidas econômicas visando cada vez mais ao lucro. O modelo de produção baseado na acumulação de capitais não deixava margens para pensar na assistência do operário e da sociedade. A partir de então surgem os questionamentos sobre o papel da empresa e sua função na sociedade. De que modo ela deveria se desenvolver e como deveria atuar.

A análise da literatura sobre esse período demonstra que o encargo de uma empresa verificava-se na “maximização do lucro, a geração de empregos e pagamento de impostos” (Tenório, 2006, p.15). O desenvolvimento da administração científica expressava ainda mais essa visão, ela consistia na elaboração de um estudo e aplicação de métodos científicos que priorizasse a “melhor” maneira de execução das tarefas, ou seja, de maneira mais rápida, dando origem a produção em etapas. Mas foi ainda nesse contexto que o modelo recebeu algumas críticas, principalmente por estabelecer as relações de trabalho de forma mecanizada.

até a década de 1950, a responsabilidade social empresarial assume a dimensão estritamente econômica e é entendida como a capacidade empresarial de geração de lucros, criação de empregos, pagamento de impostos e cumprimento das obrigações legais. (Tenório, 2006, p.18)

Esse quadro começa a se reverter com a organização dos operários em busca de melhores condições e redução da jornada de trabalho, obtendo as primeiras leis em benefício dos trabalhadores. A insatisfação demonstrava que a relação da empresa com o trabalhador devia considerar alguns aspectos para melhor qualidade de vida para o operário. As reivindicações tiveram resultados positivos tornando grande parte delas em direitos que foram incluídos na constituição de vários países, que de certo modo demonstrou uma busca da humanização nas relações patrão-operário.

É possível observar então, que mesmo por pressões, essa necessidade – uma vez que dava maior respaldo ao trabalhador – foi adequado às obrigações e funções da organização. “A organização, como parte de um contexto social, tem um papel maior, no conjunto de toda a sociedade, em escala mundial: atender uma necessidade específica provocada por esse mesmo contexto social”⁵.

Evidenciando a necessidade de modificações, a partir do empresariado que deveriam se adaptar às novas exigências, outras queixas foram nascendo.

A população mundial que era de aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas em 1950, mais que duplicou nos outros 50 anos afetando conseqüentemente a composição da população, a distribuição de renda, acesso a saúde e educação, taxas de emprego e nível de segurança. E dentro dessa conjuntura ficaram evidentes as desigualdades sociais, os riscos da escassez de recursos e de uma infra-estrutura – que antes já não era suficiente – e não conseguiu acompanhar o desenvolvimento urbano (GRAYSON e HODGES, 2002).

Essa sucessão de fatos tornou inevitável a separação das necessidades humanas⁶, a preocupação com que o salário servisse para a manutenção do indivíduo e da família relegou à arte um papel ínfimo na preocupação da sociedade, ou para outros servindo como artigo de luxo.

O alto custo das produções artísticas também restringiu seu desenvolvimento e o que consegue ser produzido ficou oneroso nas condições que o mundo se encontra. O acesso foi dificultado pela baixa condição financeira da maioria da população. O reconhecimento desse fato alcançou setores do governo preocupados com o acesso à cultura.

Em 2004, o IBGE celebrou convênio com o Ministério da Cultura para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e construir indicadores culturais de modo a fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais e privados subsídios para o planejamento e a tomada

5 (ARAÚJO, Osvaldo. A origem das organizações. Disponível em <<http://www.dearaujo.ecn.br/cgi-bin/asp/oriOrgs.asp>>. Acessado em 30/09/2009).

6 Segundo a teoria de Abraham H. Maslow. As necessidades humanas possuem uma hierarquia. Em seqüência seriam: necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de status e estima e auto realização. Disponível em <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm>>. Acessado em 02/10/2009.

de decisão e, aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados⁷.

Dos índices apontados nessa pesquisa “de acordo com o Ministério [da Cultura] apenas 13% da população brasileira têm acesso a manifestações culturais”⁸. Trata-se de um percentual muito baixo considerando as finalidades positivas que o desenvolver artístico pode apresentar.

Resultado desse envolvimento e reconhecimento dessa necessidade foi a criação do Projeto de Lei do Vale Cultura, estabelecendo aos trabalhadores das empresas participantes, que recebem até cinco salários mínimos⁹, um vale mensal no valor de R\$ 50 para ser usado na aquisição de serviços e/ou produtos culturais¹⁰.

Esses dados visam apresentar brevemente a conjuntura atual da sociedade e a necessidade de transformações. Não há como ignorar as desigualdades sociais presentes. A articulação das organizações num ambiente globalizado a coloca em constantes transformações exigindo assim, novas estruturas, novo significado. “Um conjunto de competências torna-se necessário, sobretudo no que diz respeito à capacidade de pensar, de resolver novos problemas e implementar novas ações” (ALENCAR, p.6).

Por isso enfatizam-se o compromisso por parte da organização e dos administradores com os públicos. E alguns aspectos relativos à arte, seja produzir ou somente conhecer, vem ao encontro dessa necessidade. O processo de relações públicas, dado sua inserção num sistema interligado se orienta pelas transformações da sociedade, a abordagem artística insere no processo de Relações Públicas como uma possibilidade de ferramenta ao profissional, no sentido de trabalhar gerando novas mudanças e dirigindo o

7 Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005 IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm. Acessado em 19/08/09.

8 Blog do Ministério da Cultura. Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/valecultura/> Acessado dia 19/08/2009.

9Salário mínimo em vigência é de R\$ 465,00. Disponível em http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acessível em 20/08/2009.

10 “O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou há pouco [14/10/09] o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para o Projeto de Lei 5798/09, do Executivo, que cria o Vale-Cultura para trabalhadores com salários de até cinco mínimos. O vale mensal de R\$ 50 será distribuído pelas empresas que aderirem ao Programa Cultura do Trabalhador”. Disponível em <http://valecultura.blog.br/2009/10/15/camara-aprova-o-projeto-do-vale-cultura/> Acessado em 19/10/2009.

interesse das organizações a um desenvolvimento voltado também para a valorização do indivíduo.

E quando pensamos na comunicação como parte da interação entre os indivíduos, ela “implica em informação disseminada que desenvolve a cultura política ou democrática instalada e, em uma conseqüência quase necessária e inevitável, realiza a cidadania” (RUBIM, PERUZZO, 2003, p.100). Faz-se necessário perceber quão importante o desenvolvimento das distintas formas de alcançar esses propósitos.

Entendendo que os pressupostos de Relações Públicas estão em constante modificação, nenhum autor a coloca como pronta, nem ao menos com a possibilidade de um dia ser totalmente fechada.

Para nós, embora se possa admitir, mediante estudo mais acurado e objetivo, a existência no passado de precursores legítimos das Relações Públicas atuais, a identidade perfeita não existirá nunca porque sempre diferem os contextos. O que hoje consideramos como Relações Públicas – esse conjunto de processos com determinado objetivo – só poderia existir em um dado momento histórico, quando as condições da sociedade humana se apresentassem de forma a propiciar o exercício de uma atividade nova, ou – se insistirmos em considerá-la velha – de uma *técnica* nova. Isto somente veio a suceder nos princípios deste século, como decorrência fatal de uma série de eventos anteriores, cuja origem encontramos na Revolução Industrial (PENTEADO, 1984, p.5).

E dentro dessa realidade que se abre inserimos a arte como modo de atuação de Relações Públicas. Conforme verificamos, a arte está interligada ao desenvolvimento humano, ampliando a percepção, elaborando sua capacidade criativa e a propriedade de reflexão, elementos essenciais quando considerado o indivíduo dentro da organização.

a investigação psicológica (...) mostra que as Artes representam o centro de todos os processos biológicos e sociais do indivíduo na sociedade e que se constituem no meio para se estabelecer o equilíbrio entre o ser humano e o mundo nos momentos mais críticos e importantes da vida. (VIGOTSKI, 1999, p.316).

As organizações já perceberam a importância de contribuir para a melhoria da sociedade e a opinião pública cobra cada vez mais. O Relações

Públicas juntamente com outras áreas e atividades devem comprometer-se com a melhoria da sociedade e podem apresentar a arte como um caminho.

Por isso o enfoque dado a este trabalho é apresentar uma nova alternativa à atividade. Conhecendo aspectos da arte e de Relações Públicas aqui se propõe o uso das manifestações artísticas para uma complementação das funções de Relações Públicas, oferecendo aos públicos o acesso a uma forma de desenvolvimento da sua capacidade crítica e criativa, visto que a profissão deve adequar as organizações às necessidades presentes.

A atividade se inicia com o público interno que está mais presente na organização, “aquele que apresenta claras ligações sócio-econômicas e jurídicas com a empresa, onde trabalha, vivenciando suas rotinas e ocupando espaço físico da instituição” (FRANÇA, 2004, p.66), portanto, está mais condicionado ao ambiente rigoroso de resultados a serem obtidos.

Para esta análise serão considerados dois autores na abordagem de Relações Públicas sobre diferentes enfoques, a função política proposta por Roberto Porto Simões e a função de manutenção do sistema capitalista proposta por Cicília M. K. Peruzzo. Sendo uma proposição que se faz principalmente voltada para o público e seu desenvolvimento.

4.1. De acordo com a função política

Vários autores vão alertar para o equívoco de pensar em Relações Públicas como uma experimentação ou método “curativo”, usado somente na obtenção de resultados após a ocorrência do conflito. A eficácia das atividades decorre do planejamento antecipado e acompanhamento contínuo dos resultados.

A origem da área está ligada à necessidade de um melhor relacionamento entre organização e seus públicos, onde é iminente a ocorrência do conflito. Por isso compreendem apresentar diagnóstico e prognóstico da situação, assessorar e implementar projetos de comunicação de acordo com os problemas existentes (SIMÕES, 1995).

O processo de Relações Públicas, intrínseco no ambiente organizacional, de acordo com Simões (1995), envolve também a arte social

das Relações Públicas, definida como “a capacidade do profissional de fazer incidir sua subjetividade na criação de projetos, programas e instrumentos que mantenham ou alterem a estrutura do processo” (p.48).

A atividade vai além do que geralmente lhe é imposto. O profissional de Relações Públicas ciente da situação social em sua dinamicidade e ao trabalhar com diferentes opiniões nos processos de tomada de decisão tem a possibilidade de lançar novos projetos e novos meios de alcançar os resultados esperados. E as manifestações artísticas se apresentam como uma opção inusitada, criativa, lúdica, e competente na realização dessa tarefa.

O sistema organização - público, ressalta Simões (1995), está inserido – e por sua vez relaciona-se, influenciando e sendo influenciado – com as dimensões social, cultural, econômica, política, ideológica, histórica, jurídica e filosófica de que faz parte a sociedade. Portanto, integrante de um sistema maior que se inter-relaciona e conseqüentemente se alteram.

A compreensão da dimensão filosófica revela que o processo deve reconhecer a influência em todos os âmbitos do sistema e considerá-los na avaliação para aplicação de um método para o funcionamento da organização.

o processo do sistema social realiza-se sob concepções sobre o homem, sua dignidade individual, seus direitos, seus deveres e sua destinação social. Tudo o que as partes do sistema estão fazendo depende de todos os tipos de dimensões que se sucedem e, também, do modo de interpretar o ser humano. Quando se procede a uma análise filosófica, todo o encadeado processo desvela-se (SIMÕES, 1995, p.72).

A dinâmica encontrada na sociedade provoca alterações em nosso contexto e na atuação das Relações Públicas. O profissional e a organização devem estar atentos aos desgastes e rupturas das normas, que se estabelecem em determinados momentos, mas tendem sempre a modificação. Inclusive na implementação de programas deve ter o cuidado para não cair na simples repetição (SIMÕES, 1995).

Analisando nosso contexto em cada uma dessas dimensões é possível entender, como o breve histórico citado, que o desenvolvimento acarretou em disparidades no contexto social, e a atividade artística encontra-se distante da maioria das pessoas. Essas são questões que não devem ser deixadas de lado num sistema que interage em diversas dimensões e se encontra em

constante transformação. E é por isso que se faz a colocação da arte à disposição do público das organizações, principalmente por sua relação com a percepção, como fator de reflexão e fortalecimento de interação entre os indivíduos.

O público, que representa o elemento material de Relações Públicas de acordo com Simões, participa da organização das seguintes formas, através da formação de grupos (pessoas que interagem, com interesses em comum, que se identificam com a organização) “daí conclui-se que a ela [Relações Públicas] cabe fazer o melhor possível para atender aos interesses do público em termos de produtos, serviços, políticas e normas” (SIMÕES, 1995, p.62). Passando pela pessoa (com suas especificidades, aspectos psicológicos singulares, que explica a transação entre organização e público) chegando ao indivíduo (ser humano em particular, em sua relação consigo mesmo), “a função social da organização está em correlação direta com o desenvolvimento das pessoas e, para tanto, é necessário produzir para elas” (SIMÕES, 1995, p.63).

Tendo em consideração os conceitos, fatos e referenciais abordados, a inclusão da arte no processo de Relações Públicas se estabelece favorecendo a integração do ser humano com o sistema. Reconhecendo as necessidades do sistema do qual fazemos parte e a organização com suas responsabilidades, encaramos a arte dispendo de benefícios para o ser humano, e, portanto, desempenha elo “sistema – organização – público”.

Como a faca ou qualquer outro instrumento, a obra de arte em si não é boa nem má, ou, para ser mais exato, implica enormes possibilidades de bem e de mal, dependendo tudo isto apenas do emprego e do destino que dermos a esse instrumento (VIGOSTSKI, 2001, p. 322).

Assim, nos aproximaremos de alguns métodos de aplicação em projetos concernentes a Relações Públicas e artes. Um trabalho que pode ser realizado como estímulo de algumas potencialidades humanas pode ser o da utilização da musicoterapia no ambiente organizacional tendo na música um ponto de partida para trabalhar com sentimentos, servir como veículo para expressão, conseqüentemente como processo de integração e de desenvolvimento humano (Bruscia, 2000).

Observando as formas de interação do grupo, as necessidades e os conflitos que aparecem durante as vivências musicais, pode-se transportá-las para o dia-a-dia da organização, tornar conscientes para os funcionários o porquê de determinadas ações e permitir uma reflexão sobre si, sobre sua relação com o outro, com o grupo e com a organização (PRODOSSIMO, 2006, p.7).

O método, que se utiliza da música como ferramenta, se aplica como um meio de discussão de perspectivas e ansiedades com relação ao trabalho, tornando possível uma compreensão das atitudes individuais perante a organização, bem como atua na melhora do bem-estar dos participantes no ambiente de trabalho e dos relacionamentos pessoais.

O contato com a arte vai favorecer o trabalho, com uma maior percepção do ambiente, desenvolvimento de um espaço mais familiar de melhor integração, neste sentido os projetos poderão inserir a discussão sobre normas da organização e possíveis divergências uma integração que facilitará a compreensão da organização sobre os públicos e conseqüentemente a convivência. As experiências artísticas agem nesse sentido, onde as relações – intra e inter – pessoais aparecem como extremamente importantes para organização.

o potencial emancipatório da arte está relacionado à sua estrutura não-conceitual, a qual permite que o mundo seja rearticulado e representado em uma forma que não pode ser reduzida para as categorias instrumentais que a racionalidade contemporânea costuma impor à sociedade (HANCONK, 2002. In: CARVALHO e DAVEL, 2005, p.87).

Outra causa desestabilizadora do equilíbrio organização-público já citada é a constante iminência do conflito, ou seja, a dificuldade na escolha das decisões. Os pontos aqui elencados referente à arte caminham junto com a organização para resolução desse impasse.

Se a organização possui credibilidade e política de boa vontade para com os públicos, se existem canais de comunicação entre as partes e se os mesmos estão abertos, facilitando explicações e negociações, as partes envolvidas no processo saem do impasse, posicionando em uma plataforma superior de entendimento e desenvolvimento (SIMÕES, 1995, p.70).

Proporcionar o desenvolvimento de projetos artísticos, permeados pelos fatores já citados de percepção, expressão, criação, comunicação, integração e

reflexão, ajusta-se, também, ao processo de Relações Públicas, trabalhando para que as decisões sejam satisfatórias a ambos os interessados. Os projetos podem ser lançados gradualmente, observando a participação do público, mas que este seja estimulado levando em consideração que os benefícios a ambas as partes.

A função política da organização (...) objetiva que, através de filosofia, políticas e normas, a atuação da organização e do que isso implica, anteriormente em decisões e, posteriormente, em produtos e serviços, ocorra e seja percebida como realizada em benefício dos interesses comuns que possui com seus públicos (SIMÕES, 1995, p.83).

Na análise de pesquisas sobre o comprometimento do funcionário com suas respectivas organizações, realizada por Demo (2003), uma tendência verificada nos resultados obtidos está diretamente envolvida com o tipo de relação estabelecida com organização.

o componente comportamental do comprometimento (ou seja, a intenção de permanecer na organização) tem sido particularmente analisado como uma via de mão dupla, ou seja, pretende analisar, simultaneamente, o compromisso recíproco indivíduo-organização (DEMO, 2003, p.192).

Portanto, se há o interesse do funcionário em fazer parte da organização, deve haver o interesse da organização em ter o indivíduo e que este se desenvolva como parte dela. Os resultados mostraram, ainda, que o comprometimento está relacionado com o comprometimento afetivo, tanto na relação funcionário-organização, quanto nas relações interpessoais. Deste modo a integração pode ser estimulada com a participação em atividades artísticas, num ambiente em que possa conhecer mais pessoas da organização, em que possa se expressar e perceber as diferenças que se impõem num ambiente organizacional. O que conseqüentemente acarreta no compartilhamento de decisões e compreensão das atitudes.

A arte pode ser um método de integração ajudando a compreender a função de cada um dentro da organização e como cada função também tem sua importância e suas limitações no processo de decisão, fazendo entender, por exemplo, que o adiamento de uma decisão atualmente leva em consideração um objetivo futuro.

E mesmo apontando como uma das finalidades de Relações Públicas a questão mercadológica, ainda, à dimensão ética e estética trazidas por Simões (1995) agregam-se a justificativa da inserção da arte no contexto organizacional.

Como parte de todo esse processo, o desempenho de Relações Públicas, tanto intrínseco como extrínseco, deve ser tal que haja "l'adoucissement de la barbarie", isto é, que a selvageria primitiva seja suavizada. Entende-se por selvageria da organização a busca exclusiva dos seus interesses nos mercados, satisfazendo as paixões de suas lideranças e esquecendo-se de sua finalidade, que é social (SIMÕES, 1995, p.222).

Considerando o conjunto da realidade social e das ações de Relações Públicas, dentro das atividades operacionais cabe o projeto de arte que deve ser planejado dentro da política da organização e voltado principalmente ao desenvolvimento humano daqueles que a constituem. O profissional deve se preocupar "com a organização e a direção que ela toma, sempre com referência aos interesses dos públicos. Públicos são a contrapartida da ação organizacional" (SIMÕES, 1995, p.126). E sobre a relevância do interesse dos públicos que focará a próxima abordagem artística.

4.2. No modo de produção capitalista

O enfoque trazido aqui expõe a análise da Cicilia M. K. Peruzzo no livro *Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista* (1986). As reflexões sobre a área apontam-na surgida "em circunstância do capital" (p.33) e todo seu processo condicionado a atender aos donos dos meios de produção, e às classes dominantes.

O aspecto de dominação imposto pela atividade de Relações Públicas foi intenso no surgimento da área, representando uma forma de poder exercido sobre os públicos.

dirigir o que eles devem pensar e fazer de acordo com os desejos da organização envolvida. Esta é a aproximação de ação, que vê os públicos como alvos dos próprios interesses da organização. Era esse aspecto predominante da ascensão de relações públicas durante a

época na qual a sociedade era dominada de modo inquestionável pelas instituições que a regiam (LESLY *apud* FRANÇA, 2004, p.34).

De acordo com Peruzzo (1986) essa atitude ainda permanece e em conseqüência tornou a atividade de Relações Públicas atuante na manutenção da divisão de classes. Predispondo-os para as atividades de cooperação, “as Relações Públicas procuram envolver os trabalhadores nos objetivos da empresa como se fossem os seus próprios” (p.69).

Porém a desigualdade social é atualmente perceptível a toda sociedade e não pode ser vista de modo alheio pelas organizações. E essa contradição aponta para a necessidade do trabalho voltado realmente ao desenvolvimento do ser humano, que ao mesmo tempo é o público de interesse no processo de Relações Públicas.

E desta forma a atuação possível refere-se a “um modelo de comunicação que pressupõe um desenvolvimento sustentável e participativo é o único aceitável na atual conjuntura brasileira” (PERUZZO, In KUNSCH, 2007, p.51).

A alternativa da arte aparece aqui como possibilidade de reflexão. A arte acompanhada do processo de consciência sobre o trabalho, ao trazer informação permite ao indivíduo analisar sua situação específica, e ser um agente cooperador com o Relações Públicas para o atendimento não só das necessidades da organização, mas de suas próprias necessidades.

Os projetos existentes, em geral também obedecem ao acúmulo de capital de acordo com Peruzzo (1986). Os instrumentos descritos surgem como apêndices do interesse da classe dominante, jornais, house-organs ou programas de incentivo, por exemplo, estabelecem uma relação de dominação sobre o operário fazendo acreditar na boa ação da empresa. “A ação educativa das Relações Públicas a serviço da classe dominante se insere na concepção ‘bancária’ da educação. Segundo Paulo Freire, a educação ‘bancária’ torna o ‘educando’ passivo e adaptado” (PERUZZO, 1986, p.125).

Certamente dentro da percepção colocada por Peruzzo este trabalho não está totalmente livre das amarras do sistema capitalista, mas se propõe a uma transformação, que mesmo não sendo a revolução de classes é uma forma de garantir ao operário (público de Relações Públicas), pela iniciativa

oferecida pelo profissional de Relações Públicas um novo referencial de visão de mundo dentro da possibilidade de desenvolvimento reflexivo e crítico que a arte oferece.

A possibilidade exemplificada aqui se refere a uma técnica presente na poética do teatro do oprimido, proposto por Augusto Boal, no livro *Teatro do Oprimido e outras poéticas* (1975). A prática relatada pretende a junção do ator e espectador e propõe que o espectador tenha a liberdade de agir e interagir na construção do teatro, de modo que o seu desenvolvimento somente ocorre com a intervenção do espectador. A peça traz discussões e questionamentos de problemas inerentes aos participantes, e os fazem reflexionar sobre possíveis alternativas dentro do contexto. Viabilizando, assim, a expressão da opinião pessoal, seja com descontentamento ou seu modo de solucionar a questão.

O indivíduo passa a ser co-autor dos processos de decisão, reflexionando para que possa tomar decisões conscientemente.

Espectador, ser passivo, é menos que um homem e é necessário re-humanizá-lo, restituir-lhe sua capacidade de ação em toda sua plenitude. Ele deve ser também o sujeito, um ator, em igualdade de condições com os atores, que devem por sua vez ser também espectadores. Todas estas experiências de teatro popular perseguem o mesmo objetivo: a libertação do espectador, sobre quem o teatro se habituou a impor visões acabadas do mundo. E considerando que quem faz teatro, em geral, são pessoas direta ou indiretamente ligadas às classes, é lógico que essas imagens acabadas sejam as imagens da classe dominante. O espectador do teatro popular (o povo) não pode continuar sendo vítima passiva dessas imagens (BOAL, 1975, p.168).

O teatro do oprimido se estrutura em etapas, sendo elas o *conhecimento do corpo*, para consciência de suas possibilidades e das “deformações que seu corpo sofre devido ao tipo de trabalho que realiza” (p133); *tornar o corpo expressivo*; usar o *teatro como linguagem* para vazão aos seus problemas; e finalizando com o *teatro como discurso*, discutindo os temas apresentados.

Esta etapa [teatro como linguagem] divide-se em três partes, significando cada uma um grau diferente e progressivo de participação direta do espectador no espetáculo. Trata-se de fazer com que o espectador se disponha a intervir na ação, abandonando sua condição de objeto e assumindo plenamente papel de sujeito (BOAL, 1975, p.139).

A primeira parte compõe a dramaturgia simultânea. Que é a proposição de uma cena (improvisada ou previamente preparada). A peça decorre de uma situação apontada pelos participantes e segue até onde se apresenta o problema central, ao qual buscam solução. O desenlace ocorre com as propostas de solução dos participantes da platéia. A segunda parte é “esculpir” com os atores presentes a imagem que se tem do fato real e depois a sua representação da imagem ideal, e então partindo da imagem do real buscar soluções, modificando os atores ali presentes, para chegar ao ideal. E a terceira parte ocorre com a intervenção dos participantes atuando na cena e direcionando da forma que vêem como solucionável, se revelando como um processo de transformação da realidade. (BOAL, 1975).

A dinâmica instituída visa à abertura da discussão de problemas que muitas vezes não são levantados em conta no ambiente organizacional, mas que uma vez apontado, cada indivíduo tenha a possibilidade de colocar sua opinião e também de conhecer o ponto de vista de seus colegas. É uma prática coletiva de desconstrução de velhos estigmas e de construção de conhecimento.

Outras técnicas e jogos também são propostos por Boal (1975) e sempre com a intenção de colocar o espectador como sujeito da ação e agente de modificação da realidade. “Esta forma teatral não tem finalidade de mostrar o caminho correto (correto de que ponto de vista?), mas sim a de oferecer os meios para que todos os caminhos sejam estudados” (BOAL, 1975, p.152).

Essa técnica como também outras formas de arte vão provocar o questionamento, e quem nem sempre se sente confortável a expor sua opinião de forma direta poderá fazê-la em um ambiente descontraído. O processo de reflexão existente durante a ação torna-se, assim, um importante passo no conhecimento e compreensão às diferenças emergidas. Portanto, faz necessária a exploração de novas oportunidades para que o indivíduo possa se estabelecer na sociedade de maneira mais participativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está inserida num sistema em constante transformação. Os processos que fazem parte dela conseqüentemente terão que se adequar às necessidades presentes. Integrantes desse âmbito, organizações e públicos, também estão sujeitos às adversidades dessa dinâmica. Isso implica na compreensão de que os fatores a afetam e na elaboração de estratégias ajustáveis ao contexto, ou seja, em iniciativas focadas nessa interação.

Tanto a análise de Peruzzo quanto a de Simões enfatizam a participação da organização num âmbito maior e conseqüentemente a inserção de Relações Públicas nesse sistema. Ao passo que o processo de Relações Públicas articula-se nesse espaço ele deve realizar uma análise da organização e como ela se estrutura dentro das dimensões que formam o sistema, para que assim possa planejar sua atuação. Suas ações devem ser pensadas considerando as constantes transformações e focando a relação organização-público elaborar projetos integrando os dois objetos.

Trabalhando diretamente com processo decisórios, e com tantos envolvidos no processo, obviamente, quando se trabalhar interesses e tomadas de decisão vincula-se a questões de poder e conseqüentemente sobre convergências políticas.

Deste modo, uma das preocupações abordadas neste trabalho é a sobreposição dos interesses organizacionais em detrimento do interesse dos públicos. São evidentes os inúmeros interesses em jogo. Como uma discussão sobre ética estenderia a pretensão deste trabalho, ficaremos com a simplificação de que o importante é saber até que ponto – queremos, podemos ou devemos – chegar. E na sua função o Relações Públicas deverá atuar para que organização e público sejam participativos no processo decisório e que os diversos pontos de vista sejam considerados.

O Relações Públicas deve atentar a este fato no momento de estabelecer programas voltados aos públicos. Torna-se fundamental reconhecê-los e permitir que dêem vazão aos seus anseios e expectativas. E

os fundamentos encontrados nas pesquisas sobre a arte se estruturam aqui como elementos na integração dos públicos com a organização e contexto. As possibilidades artísticas quanto colaboradora no desenvolvimento psicológico são irrefutáveis na concepção de Vigotski (1999).

E para isso pode utilizar a arte, uma vez que ela trabalha aspectos que possibilitarão a participação de todos os públicos nos processos de tomada de decisão. Pois, mesmo coexistindo outros enfoques dados à área de Relações Públicas a apropriação das manifestações artísticas para o trabalho com o público se dá em um momento de necessidade no contexto social e envolvida nesse contexto a organização se incorpora de meios para, entre outros, repensarem como estão aqueles que a compõem.

A apropriação da arte pode transformar o processo de comunicação em um trabalho acessível, onde todos participam e não se posicionam somente como receptores. Ao experimentar sentimentos, emoções, a reflexão através da práxis, ao permitir o público de colocar suas subjetividades e realidades diversas o Relações Públicas tem um material muito mais confiável da participação do público. É o trabalho efetivamente com a participação e envolvimento dos públicos que caracterizará como legítimas as decisões organizacionais.

Não adianta a atividade pender aos objetivos da organização, o indivíduo como parte do processo pode estabelecer o conflito que tantas vezes as Relações Públicas tentam evitar. Por isso o debate propiciado pela arte pode aproximar diferentes concepções e permitir que um conheça e realidade de outrem.

Nesse sentido, ainda, a arte volta-se à valorização do indivíduo, com suas especificidades e particularidades, promovendo o diálogo e interação entre os participantes. Inseridas no cotidiano da organização permite tira-lo do isolamento e da passividade, impedir que o trabalho extraia sua expressividade, proporcionando momentos de criação e de coletividade. E está, ainda, relacionada à sua capacidade de desenvolvimento criativo que é trabalhar com diferentes elementos na concepção do objeto, as impressões que se fazem sobre ele e ao mesmo tempo reconhecer os aspectos que fazem parte da percepção do colega.

A percepção e imaginação propiciadas pela arte não surge como manipulação, mas a emancipação do indivíduo e a compreensão de seu espaço na organização. Quando Read, Duarte Jr ou Vigotski, falam da percepção, referem-se à capacidade do ser humano de atentar-se a novos modos de perceber e modificar a realidade.

Simões (1995), aliás, aborda a percepção como fator biológico essencial na construção de significados para a comunicação e para a interpretação da mensagem, ou seja, fazemos uso dela para a compreensão da informação. O autor ressalta ainda, que o processo de conscientização pode gerar conflitos, mas a consciência do público e sua percepção de participante garantem a legitimação das ações organizacionais.

O planejamento e a implantação do programa requerem conhecer a organização, seus públicos e seu modo de interação. Na seqüência estipular uma pequena parte do tempo para realização de oficinas de artes que correspondam às expectativas quanto percepção, processo criativo, reflexão, comunicação e integração. Uma pesquisa poderá revelar o interesse do público sobre determinado formato artístico a ser trabalhado. E sempre com a colaboração de profissional de artes cuidando da prática pedagógica e respondendo pelo retorno do resultado da atividade ao Relações Públicas.

Das atividades esporádicas esses grupos poderão se tornar permanentes conforme o interesse dos participantes, com encontros mais frequentes e vindo a constituir-se até mesmo num meio de comunicação da organização, com apresentações no ambiente de trabalho e como uma das possibilidades de divulgação e entendimento de temas referentes à organização e aos públicos. Se o próprio público efetuar a comunicação para os companheiros de trabalho, certamente verificaremos um ambiente mais familiar e integrado que resultam no comprometimento com a organização.

Mesmo chegando a este resultado o que se pretende não é a formação de artistas, mas que o público possa se expressar e compreender o mundo por outra ótica e que o Relações Públicas trabalhe com o público mais consciente nas tomadas de decisões.

Nosso contexto colocou as pessoas de certa forma, conformadas com o “sistema que as regem”. Mas, pensando em futuros profissionais, teremos também grande responsabilidade ao articular com os vários processos

constituintes do ambiente de trabalho, bem como todos aqueles que fazem parte dele. Os públicos estão condicionados com aquilo que conheceram como possível. Entretanto, pode a arte servir como percepção, trabalho de criação por meio de experiências e expressão de suas idéias.

Portanto é possível a arte como elemento de redirecionamento da sociedade por aqueles que são seus idealizadores, o ser humano. Uma nova organização da sociedade é possível caso se busque o comprometimento com a transformação da realidade para a formação de uma sociedade com maior capacidade de discernimento em suas escolhas.

A busca por essas transformações não deve ser objetivo isolado de alguns grupos, também as organizações devem ter o comprometimento com o ser humano e amparados na constatação das desigualdades podem se articular para constituir uma forma mais próxima de estar com o público.

É importante observar que tratando da integração de vários fatores a implantação da arte também não corresponde sozinha ao trabalho do Relações Públicas, ela aparece como uma complementação dentro da função de trabalhar com vários processos de decisão. Abrindo, portanto, precedentes para outras pesquisas articuladas a esta abordagem, como o aprofundamento sobre o interesse público e como cada um percebe a influência para si próprio nos processos de decisão ou a investigação empírica de organizações que mantenham esses programas, por exemplo.

Concluindo, inseridas nesse contexto a atividade de Relações Públicas se junta a outras áreas para determinação de ações mais concretas com os públicos na participação em projetos que visem às experimentações particulares, ações coletivas, integração e que se tornam fundamentais nos processos organizacionais. Na sua função o profissional de Relações Públicas pode ser um agente fundamental na implementação de tais mudanças, na constatação de que está num meio onde deve difundir a informação verdadeira e estimular o pensamento crítico a respeito do que estamos vendo no mundo e de que forma podemos provocar mudanças.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Soriano de. **A gerência da criatividade**. São Paulo: Makron books, 1996.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de Relações Públicas**. São Paulo: Atlas, 1970.

_____. **Para entender Relações Públicas**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ARAÚJO, Osinaldo. **A origem das organizações**. Disponível em <<http://www.dearaujo.ecn.br/cgi-bin/asp/oriOrgs.asp>>. Acessado em 30/09/2009

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BASTIDE, Roger. **Arte e sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1971.

BARBOSA, Ana Mae. As mutações do conceito e da prática. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BRUSCIA, Keneth E. *Definindo Musicoterapia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

CANFIELD, Bertrand R. **Relações Públicas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1961.

CARVALHO, José L. F. e DAVEL, Eduardo. Arte, administração e organizações se encontram ao correr do diálogo. **Organizações & Sociedade/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia**, Salvador: A Escola, v.12, n.32, p.81-92, Janeiro/Março 2005. Disponível em <http://benhur.teluq.quebec.ca/SPIP/edavel/IMG/pdf/Arte_O_S_Intro.pdf>. Acessado em 17/09/09.

DEMO, G. Comprometimento no trabalho: uma síntese do estado da arte e uma revisão da produção nacional. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v.3, n.2, p. 185-213, Julho/Dezembro 2003. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/viewFile/7236/6677>>. Acessado em 13/10/2009.

DUARTE Jr., João Francisco. **Por que arte-educação?** 2ª ed. Campinas: Papirus, 1985.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Educação e Pesquisa**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300011&script=sci_arttext>. Acessado em 19/10/2009.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identifica-los em uma nova visão estratégica**. São Caetano do Sul: Yendis, 2004.

_____. **Relações Públicas: visão 2000**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira, 1997. p. 3-17.

GOMBRICH, Ernest H. **História da arte**. 16ª ed. LTC: Rio de Janeiro, 1999.

GRAYSON, David e HODGES, Adrian. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: Publifolha, 2002.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2002.

_____. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

PENTEADO, J. R. Whitaker. **Relações Públicas nas empresas modernas**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

_____. **Cidadania, Comunicação e desenvolvimento social**. In KUNSCH, M. M. K. e KUNSCH, W. L. **Relações Públicas comunitárias**. São Paulo: Summus, 2007. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=2WTFIkEA3YAC&printsec=frontcover#v=onepage&q=&f=false>. Acessado em 14/08/2009.

PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar**. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PINHO, Júlio Afonso. **O contexto histórico do nascimento das relações públicas**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das Relações Públicas: Fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em <<http://www.pucrs.br/edipucrs/historiarp.pdf>>. Acessado em 12/08/2009

POYARES, Walter R. **Comunicação Social e Relações Públicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PRODOSSIMO, Claudia das Chagas. **Musicoterapia em ambientes de trabalho**. XII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia. Disponível em

<http://www.sgmt.com.br/anais/p01pesquisaartigo/PA04-Prodossimo_ARTIGO_Pesquisa_Anais.pdf> Acessado em 15/10/2009.

PROENÇA, Graça. **História da arte**. 16ª ed. São Paulo: Afiliada, 1989.

READ, Hebert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICHTER, Ivone Mendes. Multiculturalidade e Interdisciplinaridade. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e PERUZZO, Cícilia Maria Kroling, **Comunicação para a cidadania**. SP (Intercom) Salvador : UNEB, 2003

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: Função Política**. 6ª ed. São Paulo: Summus, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Psicologia da arte**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Colaboradores: NASCIMENTO, Fabiano C. P. et al. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. rev. e amp. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEY, Hebe. **O processo de relações públicas**. São Paulo: Summus, 1983.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005 IBGE. Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm>. Acessado em 19/08/09.